

# **A SOCIEDADE ATUAL E SEUS GRANDES DESAFIOS: O PAPEL DO CONCEITO DE TRABALHO DECENTE E DE DIGNIDADE HUMANA NO MUNDO DO TRABALHO GLOBALMENTE CONSTITUÍDO<sup>1</sup>**

**GILMAR ANTONIO BEDIN<sup>2</sup>**

## **1. GLOBALIZAÇÃO: GRANDE MUDANÇA HISTÓRICA**

A configuração do mundo como um sistema global é um dos mais significativos acontecimentos das últimas décadas. Esta relevância deve-se ao fato de que o fenômeno da globalização produz a unificação do planeta e a ampliação do ‘sistema-mundo’ para todos os lugares, embora com intensidade e graus diversos. Em conseqüência, “a Terra torna-se um só e único ‘mundo’ e assiste-se a uma refundição da ‘totalidade-terra’” (Santos, 1997, p. 48).

Esta é uma mudança fundamental e constitui-se um marco simbólico-referencial da emergência do século XXI e de uma nova e complexa fase da história humana. De fato, é importante destacar que, tanto quanto os últimos séculos da história humana foram dominados por problemas relacionados com o surgimento, a construção e a supremacia dos Estados-nação, o início do século XXI está envolvido com o surgimento e a consolidação de fluxos que não respeitam fronteiras. Em outras palavras, está preocupado com os problemas oriundos da emergência e da estruturação do domínio da política e da economia mundiais.

Assim, é possível perceber que os homens, após terem construído sólidas identidades nacionais e projetos circunscritos por fronteiras territoriais, passam agora a delinear uma aventura de dimensões planetárias. Daí, portanto, a percepção de que o mundo tornou-se um único lugar para todos os seres humanos e que os principais problemas adquiriram rapidamente o caráter de questões globais. Portanto, a emergência do fenômeno da globalização do mundo configura-se como uma grande mudança

---

<sup>1</sup> O presente texto faz parte do projeto de pesquisa *Globalização e Interdependência: o Papel dos Direitos Humanos e do Desenvolvimento na Conformação das Relações Internacionais na Atualidade*. O projeto é apoiado pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ).

<sup>2</sup> Doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e autor, entre outras obras, de *Os Direitos do Homem e o Neoliberalismo*. Professor permanente do Curso de Mestrado em Direitos Humanos da UNIJUÍ e professor colaborador do Curso de Mestrado em Direito da URI – Santo Ângelo.

## **A Sociedade atual e seus grandes desafios: o papel do conceito de trabalho decente e de dignidade humana no mundo do trabalho globalmente constituído**

histórica, caracterizada por uma maior interdependência global, em que o centro da articulação da sociedade internacional desloca-se, em boa medida, dos Estados soberanos para os novos atores internacionais e passa a se constituir a partir de novas referências significativas (não mais nacionais e sim mundiais).

Com isso, produz-se uma surpreendente redefinição da noção de espaço, diminuindo as distâncias e dotando o Planeta de um novo *status*: de território comum da humanidade. As mudanças que nos afetam, portanto, não são “confinadas a nenhuma zona do globo, se fazem sentir um pouco em toda a parte” (Giddens, 2000, p. 13). De fato, com a globalização tudo

se desterritorializa e reterritorializa. Não somente muda de lugar, desenraiza-se circulando pelo espaço, atravessando montanhas e desertos, mares e oceanos, línguas e religiões, culturas e civilizações. As fronteiras são abolidas ou tornam-se irrelevantes ou inócuas, fragmentam-se e mudam de figura, parecem mas não são” (Ianni, 1996, p. 169-0).

A globalização afeta também a noção de tempo, tornando instantâneo qualquer acontecimento. Os meios de produção, distribuição e consumo da informação se agilizam em todas as partes do globo, formando uma plataforma de comunicação conectada em todos os lugares e regiões do planeta. Tudo pode ser imediatamente transmitido e todos os aspectos da vida corrente são permeados, do local de trabalho à política. Neste sentido, a globalização “não é apenas uma coisa nova, é também algo de revolucionário” (Giddens, 2000, p. 20).

## **2. Conseqüências Estruturais da Globalização**

### **2.1. Declínio do Conceito de Soberania e Redefinição do Papel do Estado**

A primeira conseqüência estrutural da globalização é o declínio do conceito de soberania e a redefinição do papel do Estado na articulação dos acontecimentos

## **A Sociedade atual e seus grandes desafios: o papel do conceito de trabalho decente e de dignidade humana no mundo do trabalho globalmente constituído**

humanos. Esta transformação não quer dizer, no entanto, que o Estado deixou de ser, de uma hora para outra, uma das mais sólidas instituições políticas modernas. Ao contrário, sua presença continua a ser fundamental. Contudo, é impossível não perceber que o Estado passou a desempenhar novas funções<sup>3</sup> e adquiriu o estatuto de entidade política com soberania relativa.

Essa relativização do conceito de soberania do Estado moderno é um acontecimento de grandes proporções, constituindo-se num dos pressupostos estruturantes de uma nova realidade: a realidade da globalização. Neste sentido, é possível dizer que o denominador comum das profundas rupturas políticas e econômicas produzidas nas últimas décadas é justamente o esvaziamento da soberania e da autonomia do Estado. Assim, o Estado, por um lado, já não pode mais querer regular a sociedade civil nacional por meio de seus instrumentos jurídicos tradicionais, dada a crescente redução de seu poder de intervenção, controle, direção e indução. Por outro, ele é obrigado a compartilhar sua soberania com outras forças que transcendem o nível nacional. Os Estados nacionais acabam sendo obrigados a levar em conta o contexto econômico-financeiro internacional, para saber o que podem regular e quais de suas normas serão efetivamente respeitadas (Faria, 1994, p. 11).

Neste sentido, é possível perceber que houve uma fragilização do Estado moderno, de sua soberania e de suas fronteiras. Este fato retirou dos governos dos Estados a capacidade de controlar seus assuntos domésticos de forma exclusiva e fortaleceu os fluxos transnacionais que atravessam com facilidade suas fronteiras e se articulam a partir de outros lugares: lugares conectados mundialmente e inter-relacionados com outros acontecimentos e outros centros de poder.

Deve-se observar, ainda, que se tornou impossível o isolamento político, econômico e social no interior das fronteiras territoriais de um Estado, pois a intensificação das relações sociais “em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas

---

<sup>3</sup> Como o auxílio à formação de blocos regionais e o fomento às organizações econômicas multilaterais.

## **A Sociedade atual e seus grandes desafios: o papel do conceito de trabalho decente e de dignidade humana no mundo do trabalho globalmente constituído**

milhas de distância, [conectam o mundo numa complexa rede de relações de interdependência]” (Giddens, 1991, p. 69).

Ademais, não se pode esquecer que, em decorrência dessa crescente interdependência global, intensificou-se na última metade do século passado e no início deste século o surgimento de políticas multilaterais com diferentes estruturas decisórias, envolvendo governos, organizações intergovernamentais e uma vasta gama de grupos de pressão transnacional e organizações não-governamentais, o que tornou qualquer hipótese mais extrema de afirmação da soberania do Estado moderno uma prerrogativa difícil de ser exercida.

Desta forma, percebe que a soberania do Estado moderno diluiu-se num conjunto de redes de comunicação, de intercâmbio de experiências culturais e de influências políticas mútuas. Isso faz com que o poder do Estado seja dividido com outros órgãos, outras instituições, outras entidades criadoras de políticas e de novos padrões de ação e de comportamento político, menos soberanos e mais integrados num projeto comum, alicerçados na constatação de que os problemas são interdependentes e que interessam a toda a humanidade.

### **2.2. Multiplicação dos Atores Internacionais**

A segunda consequência estrutural da globalização é decorrente deste fato. Neste sentido, pode-se perceber o constante deslocamento da antiga sociedade internacional anárquica, centrado na soberania estatal, para um novo conjunto de arranjos bifurcados. Estes arranjos são, na maioria das vezes, incertos e representam a emergência de um mundo multicêntrico e interdependente, composto por várias coletividades dispostas à cooperação e à integração num sistema internacional institucionalmente regulamentado (Rosenau, 2000).

Entre os elementos que mais contribuíram para essa nova configuração da sociedade internacional, pode-se destacar o surgimento de novos atores internacionais. Apesar de se poder constatar a presença de um ou outro desses novos atores ainda no século XIX, eles somente passaram a ser internacionalmente reconhecidos - ocupando

## **A Sociedade atual e seus grandes desafios: o papel do conceito de trabalho decente e de dignidade humana no mundo do trabalho globalmente constituído**

espaço mais significativo - a partir da Segunda Guerra Mundial e da criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Esta é mais uma das conseqüências do fenômeno da globalização.

Entre esses novos atores, destacam-se as organizações internacionais, as organizações não-governamentais e as empresas transnacionais. Cada um desses atores passou a contribuir na articulação de políticas comuns; na realização de acordos e regimes técnicos específicos cada vez mais eficazes; na constituição de “redes” de cooperação econômica, cultural, científica e tecnológica; na articulação de relações típicas da sociedade civil global; na constituição de uma cidadania de alcance mundial e no aumento dos fluxos das relações comerciais e das aplicações financeiras em montantes nunca antes imaginados.

### **2.3. Crescente Complexidade das Relações Internacionais**

A terceira conseqüência da globalização é a crescente complexidade das relações internacionais e o aumento dos fluxos de comunicação e dos processos de integração. De fato, como está se configurando um momento de declínio da sociedade internacional nascida da Paz de Westfália, é possível a emergência de hipóteses mais avançadas de interação e de cooperação.

Em decorrência, as relações internacionais tornam-se mais interdependentes e complexas. Esta transformação possibilitou “uma progressiva multiplicação, quantitativa e qualitativa, dos centros internacionais de diálogo, de cooperação, e de decisão, e das relações entre esses centros” (Moreira, 1996, p. 37) e impulsionou a marcha em direção à unidade da vida na Terra.

Assim, assiste a configuração de um novo momento da humanidade, com o delineamento de novas possibilidades de cooperação e de formulação de novos conceitos políticos. Isso significa que será necessário, cada vez mais, a adoção de instrumentos jurídico-políticos supranacionais e de novas formas de mediação dos conflitos. Com isto, as relações de poder perdem centralidade, sendo fortalecidas as

## **A Sociedade atual e seus grandes desafios: o papel do conceito de trabalho decente e de dignidade humana no mundo do trabalho globalmente constituído**

mediações institucionais. Este fato representa o declínio da sociedade internacional alicerçada no princípio do equilíbrio de poder.

### **3. Três Desafios da Sociedade Atual**

#### **3.1. Desafio do Enfrentamento do Risco do Colapso da Humanidade**

O primeiro grande desafio colocado para a sociedade atual é o enfrentamento de um eventual colapso da humanidade. Apesar da dimensão atemorizante dessa possibilidade, a mesma não se constitui numa hipótese totalmente descartável no momento atual, pois existem indícios concretos (danos ambientais, fome, descontrole das armas nucleares, superpopulação do planeta, etc.) de que nossa espécie possa vir a “entrar em uma etapa de decomposição sem retorno” (Warat, 1997, p. 3).

Neste sentido, é possível perceber que a humanidade vive atualmente uma crise que poderia se denominada de agonia civilizatória. Em outras palavras, a humanidade vive um estado trágico e incerto em que os sintomas da destruição e da barbárie parecem cada vez mais evidentes. Em consequência, são produzidas as condições propícias para a emergência dos homens de “vínculos desgarrados, magnetizado pelo vazio significativo de corpos sem qualidades, condenados por seus próprios impulsos autodestrutivos” (Warat, 1997, p. 4).

Adquire sentido, neste contexto, os mais contundentes fatores de uma época em que a proximidade com a

estupidez provoca a fantasia (ou o pressentimento) da catástrofe global do modo de existência, a catástrofe da(s) forma(s) de civilização que nos tocou a sorte de viver: fenômenos de desequilíbrio ambiental, que ameaçam a continuidade da vida; uma progressiva deteriorização das relações individuais e coletivas [...]. A violência e as trivialidades de uma massa que se está devorando a si mesma; a inutilidade de comportamentos motivados pela banalidade; o vazio de uma cultura que

## **A Sociedade atual e seus grandes desafios: o papel do conceito de trabalho decente e de dignidade humana no mundo do trabalho globalmente constituído**

unicamente mostra a teatralidade de suas propostas; [...] a perda do sentido dos conflitos e a implosão do espaço político. Tudo mostrando o mal-estar de uma forma de civilização prisioneira de suas próprias tendências destrutivas (Warat, 1997, p. 4).

Percebe-se, desta forma, que com as rupturas provadas pelas transformações dos últimos anos, a humanidade passou a ter dificuldades de viabilizar um novo horizonte democrático e de estabelecer novas esferas de cidadania. Esta dificuldade impossibilita a construção de novos processos sociais de autonomia e a renovação do prazer pela vida, sem esquecer do reencontro do homem com os valores éticos e sociais mais adequados à convivência pluralista.

Além disso, este fato consolida um imaginário coletivo incapaz de pensar de forma positiva e impulsionadora de novas esperanças, delineando-se, lentamente, um modelo de “sociedade aonde o homem matará e morrerá por muito pouco” (Warat, 1997, p. 7). Com isto, será comum assistir-se a não-conformação de sonhos de uma vida melhor e, em consequência, uma espécie de retorno à barbárie. Este cenário viabiliza uma forma de sociabilidade sem vínculos de solidariedade e sem referências de um projeto democrático de sociedade.

Isto significa que temos apenas uma existência todos os dias humilhada pela emergência

caótica das brutalidades e das trivialidades, e por uma ofensiva contra a política como criação do devir das autonomias. Brutalidades e trivialidades que escondem uma economia de números indiferentes às necessidades sociais, para realizar, estaticamente, um mercado sem lugar para o encontro (em público) do desejo mais íntimo do ser. As ‘maravilhas’ de uma nova ordem mundial, que não deixa de ser uma forma perversa de referir-se a desordem dos afetos, dos saberes e dos poderes [...].

## **A Sociedade atual e seus grandes desafios: o papel do conceito de trabalho decente e de dignidade humana no mundo do trabalho globalmente constituído**

Fala-se da própria discriminação dos modos de vida: os vínculos demolidos e os homens magnetizados por sua própria aparência, por sua performance fetichista. O delírio da busca de metas sem conseqüência e um tempo sem memória. A desintegração de uma sociedade que está sendo condenada por qualquer sonho de diferença (Warat, 1997, p. 7).

Neste sentido, pode-se perceber em numerosas partes do planeta momentos de erupção de manifestações de violência e de barbárie, às vezes em suas formas mais antigas (de fanatismos, de terrorismos, de crueldades, de faxina étnica, de ódios tribais, nacionais, ideológicos, etc.) e às vezes de formas renovadas, anônimas, burocráticas e tecno-científicas (utilização de armas sofisticadas, nucleares, bacteriológicas, etc.). Em outras situações, percebe-se também a formação de uma aliança entre as duas formas de barbárie, que “ameaçam à humanidade em sua sobrevivência e em seu devir democrático” (Warat, 1997, p. 8). Reverter este processo é um dos grandes desafios produzidos pela globalização.

### **3.2. Desafio da Limitação do Domínio Econômico**

O segundo grande desafio da sociedade atual é a limitação do domínio das forças econômicas internacionais. É que com este domínio o mundo tem se tornado um local ideal para os fluxos econômicos e para o intercâmbio privilegiado entre as grandes empresas transnacionais, mas não um espaço destinado à existência humana com qualidade e com sustentabilidade de longo prazo. Este domínio tem sido denominado de horror econômico (Forrester, 1997).

A supremacia referida deve-se ao fato de que as forças econômicas atuais criam, ao tornarem interdependentes os mercados e desterritorializarem as plataformas de produção, uma situação de concorrência extremada. Esta concorrência pressupõe que a “sobrevivência das empresas seja alicerçada na queda dos custos de produção, que por



## **A Sociedade atual e seus grandes desafios: o papel do conceito de trabalho decente e de dignidade humana no mundo do trabalho globalmente constituído**

sua vez dependem da redução dos empregados efetivos e dos salários e de alta produtividade da mão-de-obra” (Généreux, 2000).

Em conseqüência, essa situação produz, imediatamente, a exclusão dos indivíduos menos qualificados do mercado de trabalho e a destruição das empresas de menor capacidade competitiva no mercado mundial. Assim, é produzido, por um lado, um grupo de pessoas supérfluas e descartáveis (Forrester, 1997) e, por outro, um conjunto de grandes corporações que passam a reger o mundo: as grandes empresas transnacionais (Korten, 1996).

Dominada pelas empresas transnacionais, a sociedade global atual não deixa qualquer dúvida sobre a importância dos fluxos econômicos mundiais e sobre a formação de um sistema de economia-mundo, de mercado-mundo ou de produção-mundo. Por isso, está-se insistindo que “o mundo não pode mais ser entendido como uma coleção de economias nacionais. A infra-estrutura eletrônica [e tecnológica] que agora une o mundo, bem como os grandes avanços na eficiência dos transportes convencionais, criou uma economia global única, [interdependente e conectada em todos os pontos do planeta]” (Wriston, 1994, p. 8).

Daí, portanto, a importância crescente das empresas transnacionais e a supremacia do mercado como referências centrais da atualidade. É que não podemos esquecer que as empresas transnacionais são o foco das práticas econômicas globalizadas e que se constituem no núcleo de articulação fundamental do sistema de economia-mundo da atualidade. Além disso, estas empresas constituem-se nos principais atores das “práticas ideológico-culturais transnacionais que podem ser encontradas na cultura-ideologia do consumismo [e na supremacia do mercado global como referência principal da sociedade atual]” (Sklair, 1995, p. 18).

Este é, portanto, o segundo grande desafio da atualidade: relativizar o domínio das forças econômicas mundiais (designado também de exuberância irracional do capitalismo atual) e das empresas transnacionais. Dito de outra forma, o desafio é o de recolocar a humanidade no centro dos acontecimentos e de desenhar um novo projeto de

## **A Sociedade atual e seus grandes desafios: o papel do conceito de trabalho decente e de dignidade humana no mundo do trabalho globalmente constituído**

sociedade, estabelecendo outras referências além das relações econômicas e outros valores além do consumismo.

### **3.3. Desafio da Criação de um Sistema de Governança Internacional Democrática**

O terceiro desafio da sociedade atual é criação de um sistema de governança internacional democrático<sup>4</sup>. O presente desafio se materializa a partir da constatação que a fase atual da globalização tem produzido um conjunto muito significativo de efeitos negativos. Os principais efeitos são “o aumento da concentração da riqueza nos países ricos em detrimento dos países mais pobres, o agravamento das desigualdades sociais no interior da grande maioria das sociedades nacionais, a financeirização da economia e a inexistência de instrumentos e instituições de controle democrático dos processos de transnacionalização” (Arturi e Oliveira, 2002, p. 12).

Esta possibilidade se apresenta a partir do estabelecimento de um conjunto de regras, instituições e espaços públicos democráticos de alcance global. Com efeito, é necessário superar o cenário de ausência de normas na sociedade global e estabelecer controles sobre os fluxos econômicos internacionais. Em consequência, deve-se perceber que a “dicotomia tradicional entre uma esfera doméstica ordenada e pacífica, isto é, regulada, e uma esfera interestatal anárquica e belicosa não se ajusta mais à realidade do mundo do presente.” (Camargo, 1999, p. 4)

Com isto, é necessário “uma nova concepção da política que abandone a velha dicotomia inter-Estado/intra-Estado e que, reunindo estas duas dimensões, incorpore a diversidade das entidades políticas e dos novos atores públicos e privados que, atuando em diferentes planos, o local, o nacional e o global, dêem uma nova configuração à reflexão sobre a política internacional” (Camargo, 1999, p. 4). A idéia de governança

---

<sup>4</sup> Sobre a questão da governança internacional ou global pode ser visto CZEMPIEL, Ernst-Otto e ROSENAU, James N. (Orgs.). **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Trad. Sérgio Bath. Brasília: UNB, 2000; **COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL**. Nossa comunidade global. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996; **DEMOS**. Governar a globalização: a política da inclusão - a mudança de responsabilidade compartilhada. México: UNESCO, 1998; **CADERNOS PESQUISAS**. N. 16. Governança Global: reorganização da política em todos os níveis de ação. São Paulo: Konrad Adenauer-Stiftung, 1999.

## **A Sociedade atual e seus grandes desafios: o papel do conceito de trabalho decente e de dignidade humana no mundo do trabalho globalmente constituído**

traduz, portanto, a exigência de uma nova reflexão sobre as relações de autoridade e poder no mundo, isto é, sobre

as novas formas de organização e de regulação política nos planos mundial e nacional - o que inclui, necessariamente, uma discussão sobre democracia - assim como reflete a necessidade de examinar o papel das organizações e de outros atores estatais e não estatais nos mecanismos de regulação política, gerando uma reflexão mais adequada às transformações do mundo contemporâneo (Camargo, 1999, p. 9).

Partindo da idéia do declínio da governabilidade estatal e da crescente interdependência, a governança internacional democrática reconhece que os mercados globais têm sido os verdadeiros árbitros da sociedade internacional atual e que, como saída, deve-se estabelecer um conjunto de regras e procedimentos visando equilibrar as diferentes forças políticas e criar de novas instituições políticas e espaços públicos democráticos.

A governança internacional democrática reivindica, neste sentido, que a sociedade internacional passe a ser entendida “como uma combinação Estado-sociedades complexas, isto é, como uma unidade articulada entre as dimensões sistêmicas, estatal e social, e que seja capaz de ir além das estratégias convencionais na preservação tanto da segurança nacional quanto da ordem internacional” (Camargo, 1999, p. 11) e não mais como uma sociedade estadocêntrica, regida pelo poder militar que cada Estado possui em determinado momento.

De fato, na sociedade estadocêntrica não há governança e o resultado dos “conflitos são determinados pela posição de poder relativo dos atores, em vez da aplicação, pela autoridade legítima, de uma lei ou de algum outro instrumento regulatório. As mudanças nas relações internacionais decorrem da persuasão, de ameaças de coerção ou do emprego da força armada...” (Holsti, 2000, p. 48). Por isso, o primeiro passo a ser dado é o fortalecimento das instituições multilaterais e a criação de

## **A Sociedade atual e seus grandes desafios: o papel do conceito de trabalho decente e de dignidade humana no mundo do trabalho globalmente constituído**

normas internacionais com força vinculativa. Entre estas normas merecem ser destacadas normas de proteção aos trabalhadores.

Além disso, é importante ressaltar que a construção de um sistema de governança internacional democrática deve-se basear, justamente, em valores, cultura e costumes democráticos, inserindo a regulação das relações mundiais na perspectiva da institucionalização do respeito aos direitos humanos e da ética na convivência humana (Milani, 1999). Por isto, o presente texto defende um conceito de governança mais amplo que clássico estabelecido pelo Conselho de Roma: “conjunto de mecanismos de gestão de um sistema social e de ações definidas no sentido de garantir a segurança, a prosperidade, a coerência, a ordem e a continuidade do próprio sistema mundial” (*apud* Milani, 1999, p. 105).

A diferença está no fato de que o presente trabalho defende um sistema de governança internacional que incorpore o pressuposto de que esta iniciativa deve ser democrática e deve estar direcionada para a socialização dos benefícios da globalização, e não apenas entre os fluxos planetários dos mercados. Uma das questões fundamentais deste novo momento da humanidade é como superar o déficit democrático que existe dentro da globalização do mundo e como “estabelecer mecanismos democráticos além das fronteiras nacionais, através das quais a cidadania pode também ser exercida no cenário global” (Kazancigil, 2002, p. 56).

A melhor resposta a esta questão parece estar no fato de não se admitir a dissociação entre “economia e política e levar em consideração fatores como justiça social, prosperidade para todos, coesão social, igualdade, identidades culturais” (KAZANCIGIL, 2002, p. 59). Além disso, é imprescindível que os direitos humanos (entre os quais os direitos dos trabalhadores) sejam transformados num tema global. Esta transformação pressupõe o reconhecimento da formação, pela primeira vez na história, de um consenso ético-global mínimo. Esse processo teve início com a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) e se concretiza atualmente em vários documentos internacionais de proteção dos direitos humanos (seja de proteção geral dos seres humanos ou de grupos específicos).

## **A Sociedade atual e seus grandes desafios: o papel do conceito de trabalho decente e de dignidade humana no mundo do trabalho globalmente constituído**

Em relação ao mundo do trabalho, o referido movimento se concretiza com as resoluções da Organização Mundial do Trabalho que defendem e fomentam o conceito de trabalho decente e de normas que o garante. Neste sentido, o conceito de trabalho decente é o ponto de convergência de vários objetivos estratégicos da Organização Internacional do Trabalho (OIT):

a) O objetivo do respeito aos direitos no mundo do trabalho (em especial aqueles protegidos pela Declaração Relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho de 1998):

b) O reconhecimento do direito à liberdade sindical e do direito de negociação coletiva;

c) A eliminação de todas as formas de trabalho forçado;

d) A abolição efetiva do trabalho infantil;

e) A eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação,

f) A promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social.

Destes objetivos, é possível concluir que trabalho decente é um "trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna". Daí, portanto, a convergência entre trabalho e dignidade humana.

## **4. GLOBALIZAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL: A NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO**

Como destacado anteriormente, a Globalização traz enormes desafios. Por essa razão, torna-se fundamental buscar uma Globalização mais inclusiva, que ao mesmo tempo maximize e melhore a distribuição dos benefícios e minimize os custos, em especial para os grupos mais vulneráveis da sociedade. A inserção na Globalização e o crescimento econômico devem ser acompanhados de regras sociais mínimas

## **A Sociedade atual e seus grandes desafios: o papel do conceito de trabalho decente e de dignidade humana no mundo do trabalho globalmente constituído**

compartilhadas mundialmente, que permitam aos trabalhadores acessar de forma justa a riqueza que auxiliaram a produzir.

Também é necessário que os benefícios da globalização sejam melhor distribuídos entre os países e dentro de cada país, da mesma forma, os trabalhadores prejudicados ou excluídos dos benefícios da Globalização têm o direito de serem (re)inseridos por meio do trabalho decente na economia globalizada.

A busca de uma Globalização inclusiva passa por um processo de desenvolvimento que traduza progresso econômico em melhora do cenário social, que combine políticas econômicas e sociais e que crie uma verdadeira dimensão socio-laboral do processo de Globalização, com vistas à geração de trabalho decente e indução de uma melhor distribuição de renda. Um dos objetivos centrais das políticas econômicas deve ser a geração de trabalho decente.

A referida busca também passa pelo fortalecimento do diálogo social, centrado na negociação coletiva e na liberdade sindical, de forma a possibilitar concomitantemente a elevação da produtividade e da competitividade, assim como a distribuição equitativa dessas melhorias.

Existe a necessidade de um sistema internacional socialmente legitimado e, para que isso seja possível, é necessário que o mesmo seja justo para todos. Portanto, a equidade aparece como aspecto fundamental para obter a legitimidade social do novo sistema internacional. É preciso encontrar novas formas de alcançar a governança do processo de Globalização, sendo que estas novas formas incluem não apenas o papel do estado, mas também a forma como a sociedade administra seus desafios, como por exemplo, a maneira como as metas sociais se reflete em novas regras e objetivos para os investidores, novas metas para as empresas e novos instrumentos para o diálogo social.

Apenas com equidade, respeito e diálogo social, com a participação de todos os envolvidos nos processos produtivos por meio de suas entidades representativas será possível construir novos consensos sociais. Os referidos consensos, tanto em nível nacional quanto internacional, irão possibilitar a formulação e aplicação de regras justas para a governança democrática do processo de Globalização. A busca desses consensos a respeito das políticas econômicas e sociais, da proteção e dos direitos trabalhistas, e o

## **A Sociedade atual e seus grandes desafios: o papel do conceito de trabalho decente e de dignidade humana no mundo do trabalho globalmente constituído**

compromisso dos governos e das sociedades em respeitá-los irá permitir o processamento dos diferentes interesses sociais.

Desta forma, é possível perceber que a promoção do trabalho e a conseqüente defesa da dignidade humana decente é possível de ser feita sem a necessária negação do processo da Globalização (que talvez seja impossível de ser feito), mas através da maximizar e democratizar dos benefícios e minimizar seus custos para os grupos mais vulneráveis (entre os quais estão os trabalhadores). Nesse sentido, a globalização tem que ser necessariamente problematizada e regulamentada, fomentado a adoção de políticas mundiais de proteção dos direitos humanos (notadamente dos direitos dos trabalhadores) e a conformação de um aparato produtivo voltado ao desenvolvimento com liberdade, igualdade e justiça (Sen).

### **5. Considerações Finais**

É possível perceber, portanto, que o fenômeno da globalização produziu grandes transformações e estabeleceu enormes desafios. Para enfrentar estes grandes desafios, é necessário que a humanidade faça uma opção pela construção de regras e instituições internacionais multilaterais e apóie a transformação dos direitos humanos num tema global (juntamente com os direitos dos trabalhadores). Estas opções afastam o uso da força, da violência e da injustiça e reforçam o respeito à dignidade humana, sua diversidade e sua especificidade.

Neste sentido, é importante perceber que já existem as condições necessárias (ainda que não suficiente) para a concretização de uma estrutura de governança mundial democrática. Isto, contudo, precisa de contribuições teóricas e práticas de todos nós. De qualquer forma, não se pode perder a esperança de construir uma sociedade democrática além das fronteiras nacionais, pois é um dever de todos os que acreditam no futuro, como nos lembra Alex de Tocqueville, de velar (que tem o sentido de cuidar) e combater (apud Lafer, 1994).

**A Sociedade atual e seus grandes desafios: o papel do conceito de trabalho decente e de dignidade humana no mundo do trabalho globalmente constituído**

Muito obrigado.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALVES, J. A. Lindgren. **Os direitos humanos como tema global**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

ARTURI, Carlos; OLIVEIRA, Renato de. Introdução. *In*: ARTURI, Carlos; MILANI, Carlos; SOLINÍS, Germán Orgs.). **Democracia e governança global**: que regulações para o século XXI. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Trad. Daniela Beccaccia Versini Rio de Janeiro: Campus, 2000.

**CADERNOS PESQUISAS**. N. 16. Governança Global: reorganização da política em todos os níveis de ação. São Paulo: Konrad Adenauer-Stiftung, 1999.

CAMARGO, Sonia de. Governança global: utopia, desafio ou armadilha? *In*: **CADERNOS PESQUISAS**, N. 16. Governança Global: reorganização da política em todos os níveis de ação. São Paulo: Konrad Adenauer-Stiftung, 1999.

CANÇADO TRINDADE, José Augusto. **A proteção internacional dos direitos humanos**: fundamentos jurídicos e instrumentos básicos. São Paulo: Saraiva, 1991.

**COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL**. Nossa comunidade global. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.



**A Sociedade atual e seus grandes desafios: o papel do conceito de trabalho decente e de dignidade humana no mundo do trabalho globalmente constituído**

COMPARATO, Fábio Konder. **A formação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 1999.

CZEMPIEL, Ernst-Otto e ROSENAU, James N. (Orgs.). **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Trad. Sérgio Bath. Brasília: UNB, 2000.

DE RENZIO, Paolo. Justiça como vantagem mútua em perspectiva internacional. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 34. São Paulo: CEDEC, 1994.

**DEMOS**. Governar a globalização: a política da inclusão: a mudança de responsabilidade compartilhada. México: UNESCO, 1998.

FARIA, José Eduardo (Org.). **Direito e globalização econômica: implicações e perspectivas**. São Paulo: Malheiros, 1994.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

GÉNÉREUX, Jacques. **O horror político: o horror não é econômico**. Trad. Eloá Jacobina. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HOLSTI, K. J. Governança sem governo: a poliarquia na política internacional européia do século XIX. *In*: CZEMPIEL, Ernst-Otto e ROSENAU, James N. (Orgs.).

**A Sociedade atual e seus grandes desafios: o papel do conceito de trabalho decente e de dignidade humana no mundo do trabalho globalmente constituído**

**Governança sem governo:** ordem e transformação na política mundial. Trad. Sérgio Bath. Brasília: UNB, 2000.

IANNI, Octavio. **A sociedade global.** 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

KORTEN, David C. **Quando as corporações regem o mundo:** conseqüências da globalização da economia. Trad. Anna Terzi Giova. São Paulo: Futura, 1996.

LAFER, Celso. Apresentação. *In:* ALVES, J. A. Lindgren. **Os direitos humanos como tema global.** São Paulo: Perspectiva, 1994.

MILANI, Carlos R. S. Governança global e meio ambiente: como compatibilizar economia, política e ecologia. *In:* **CADERNOS PESQUISAS**, N. 16. Governança Global: reorganização da política em todos os níveis de ação. São Paulo: Konrad Adenauer-Stiftung, 1999.

MOREIRA, Adriano. **Teoria das relações internacionais.** Coimbra: Almedina, 1996.

PACHECO, Ricardo. Prerrogativas locacionais face à economia globalizada: uma introdução conceitual. *In:* **CADERNOS PESQUISAS. Inserção na economia global:** uma reapreciação. N. 8. São Paulo: Konrad Adenauer-Stiftung, 1997.

ROSENAU, James N. Governança, ordem e transformação na política mundial. *In:* SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

THUROW, Lester. C. **O futuro do capitalismo:** como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã. Trad. Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

**A Sociedade atual e seus grandes desafios: o papel do conceito de trabalho decente e de dignidade humana no mundo do trabalho globalmente constituído**

WARAT, Luis Alberto. **Por quien cantan las sirenas**: informes sobre eco-ciudadanía, ecología del derecho y de la política. Florianópolis: Segunda Versão Inédita, 1997.

WRISTON, Walter B. **O crepúsculo da soberania**: como a revolução da informação está transformando o nosso mundo. Trad. José Carlos Barbosa dos Santos. São Paulo: Makron Books, 1994.